

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.243 - PR (2019/0302213-1)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE : JORGE PAULO MELHEM HADDAD**  
**ADVOGADO : JORGE PAULO MELHEM HADDAD - PR040711**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**PACIENTE : BRUNO HENRIQUE VICTOR (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de BRUNO HENRIQUE VICTOR, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná no (*Habeas Corpus* n. 0043092-46.2019.8.16.0000).

Extraí-se dos autos que o paciente teve sua prisão preventiva decretada pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33, *caput*, e 35, da Lei n. 11.343/06 (tráfico e associação).

Foi impetrado *habeas corpus* pela defesa perante o TJPR, que denegou a ordem. O acórdão ficou assim ementado:

*HABEAS CORPUS CRIME. CRIME DE TRÁFICO, ASSOCIAÇÃO AO TRÁFICO DE DROGAS, PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA - IMPOSSIBILIDADE - NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA EM ELEMENTOS CONCRETOS - REITERAÇÃO DELITIVA - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO POR MEDIDAS CAUTELARES - IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA.*

Agora a defesa impetra a presente medida nesta Corte sustentando inexistirem fundamentos idôneos para a manutenção da prisão preventiva do paciente. Argui que a autoridade coatora não disse, de maneira clara e precisa, quais os fundamentos que justificariam os motivos para a não implementação das medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP.

Ressalta as circunstâncias pessoais favoráveis do paciente e salienta que a concessão da ordem se justifica no iminente risco do paciente perder seu trabalho por abandono de emprego.

# Superior Tribunal de Justiça

Requer, em liminar, ordem para a soltura do paciente e no mérito, seja revogada a prisão preventiva do paciente, com expedição de alvará de soltura a seu favor, salvo melhor juízo, com a aplicação de medidas cautelares alternativas previstas no art. 319, IX, do CPP, especificamente, a monitoração eletrônica.

Pleiteia, ainda, a intimação prévia, com antecedência mínima de 7 dias referente à data de julgamento, uma vez que tem interesse na sustentação oral.

É o relatório. Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

A pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do Parquet.

Por tais razões, indefiro o pedido de liminar.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no site do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator